A batalha pelos dados e a soberania estatística na Era Digital

Marcio Pochmann

03/11/2025

A produção de dados tornou-se a nova fronteira da soberania nacional, onde a luta contra um colonialismo digital imposto pelas big techs exige uma diplomacia própria e a construção de uma ordem multilateral de informação



A produção de informações estatísticas e geográficas oficiais constitui um dos elementos centrais da soberania dos Estados modernos. No contexto global contemporâneo, o domínio sobre a coleta, análise e disseminação de dados digitais se tornou um instrumento ainda maior de poder e influência internacional.

Diante disso, a diplomacia estatística e geográfica defendida no Brasil corresponde a nova dimensão estratégica da inserção internacional assentada na defesa da independência técnica a pressões externas no campo em disputa da governança global de dados digitais. Por diplomacia estatística e geográfica compreende-se a atuação coordenada do órgão oficial nacional em arenas multilaterais, com o objetivo de harmonizar metodologias, promover a cooperação técnica e influenciar o regime global de governança dos dados digitais na ordem multipolar em construção no ecossistema de informação pública.

Para tanto, o exercício da constituição do novo padrão de mensuração na Era Digital convergente tanto com a defesa da soberania estatística e geográfica nacional como o exercício da cooperação internacional, sobretudo no âmbito Sul Sul. Isso porque o processo em curso da digitalização tem reconfigurado as relações de poder na governança global dos dados digitais frente a consolidação da estrutura oligopolista de competição capitalista pelas *big tech* que ameaçam impor o colonialismo de dados enquanto nova forma de subdesenvolvimento e dependência externa.

O Brasil na ordem unipolar do sistema estatístico e geocientífico na Era Industrial

Após intenso e tenso conflito no interior do Império, o Brasil implantou o sistema oficial de métrica em 1871, com a criação da Diretoria-Geral de Estatística (DGE) que permitiu, um ano depois, realizar tanto o primeiro censo demográfico nacional como implementar a padronização do sistema de pesos e medidas

europeias. Tudo isso seguido de fortes movimentos internos de rebeldia e contestação.

Entre 1851 e 1852, por exemplo, a revolta do Ronco da Abelha (Guerra dos Marimbondos) impediu a realização pelo Império do primeiro censo demográfico previsto para o ano de 1852, assim como entre 1872 e 1877, a chamada Revolta do Quebra-quilos se impôs, mas sem sucesso, à instituição do sistema de pesos e medidas pelo Império. Da mesma forma, a Igreja Católica reagiu fortemente ao fim do seu monopólio da anotação oficial de nascimentos, casamentos e óbitos pela lei de 1870 que implantou o registro civil obrigatório pelo Estado imperial.

A própria criação do IBGE em 1934 que modernizou o sistema estatístico e geocientífico brasileiro herdado do império somente ocorreu em sequência da Revolução de 1930 diante da emergência do projeto nacional de desenvolvimento para uma nova sociedade urbana e industrial. Mesmo assim, a constituição do IBGE como se conhece até hoje somente veio a ser implantado, de fato, com o Estado Novo (1937-1945) e consolidado em plena Era Industrial a partir da Ditadura Civil-militar (1964-1985).

Após os anos de 1980, a dominância do neoliberalismo coincidiu com a desindustrialização e a ruína da sociedade urbana e industrial, cujas consequências foram intensas para o atual sistema estatístico e geocientífico brasileiro. Ainda que o IBGE tenha prosseguido imune a qualquer mudança na base legal do seu funcionamento, o impacto do receituário neoliberal foi de inegável restrição do financiamento do plano de trabalho operado crescentemente na gestão das emergências, precarização das condições de trabalho e abalo sobre a infraestrutura geral.

Guardada a devida proporção, o liberalismo exacerbado da República Velha também manteve a Diretoria-Geral Estatística a operar com grande dificuldade diante da autonomia da política dos governadores prevalecente durante a crise da antiga sociedade agrária no início do século XX. Em plena transição do agrarismo para a nova sociedade urbana e industrial, a DGE permaneceu prisoneira dos limites orçamentários e sem autonomia técnica necessária.

Tudo isso ocorreu durante a ordem mundial unipolar do sistema estatístico e geocientífico vigente na Era Industrial dominada por países do Norte Global, inicialmente pela Inglaterra e, posteriormente, pelos Estados Unidos. Pela hegemônica inglesa que durou praticamente até a primeira Guerra Mundial (1914-1918) houve uma importante herança deixada pela construção inconclusa do sistema estatístico e geográfico no mundo iniciado no século XIX.

Em grande medida, uma exigência da oferta padronizada de informações oficiais organizadas pelo Estado liberal justamente na transição do antigo e longevo agrarismo para a moderna sociedade urbana e industrial originalmente instalada na Inglaterra. Por meio da prática de conferências internacionais, sobretudo no âmbito dos impérios e países do Norte Global desde a segunda metade do século XIX, a ordem mundial unipolar do sistema estatístico e geocientífico da Era Industrial foi sendo gradualmente constituída.

Entre 1853 e 1876, por exemplo, ocorreram nove Congressos Internacionais de Estatística voltados para a padronização e unificação dos métodos e categorias de coleta de dados entre as nações do Norte Global. A partir de 1885, contudo, a criação do Instituto Internacional de Estatística (ISI) permitiu que parte importante da comunidade epistêmica contribuísse para a difusão das métricas por Institutos Nacionais de Estatística e Geografia nos países e colônias no Sul Global.

Da mesma forma, o sistema de fusos horários e o Meridiano de Greenwich foram estabelecidos oficialmente na Conferência Internacional do Meridiano realizada nos Estados Unidos, em 1884, segundo o modelo de longitude do matemático e astrônomo britânico George Biddell Airy (1801-1892) que dividiu o globo terrestre entre Ocidente e Oriente no ano de 1851. Em resumo, a adoção do padrão inglês de Tempo Médio de Greenwich (GMT) que já estava em curso desde 1880 por força da expansão de sua rede interna de comunicação e ferrovias.

Com a exportação do sistema de ferrovias e de comunicações entre os países, a ausência de um padrão de tempo e localização geográfica no mundo gerava grande confusão. Assim, a localização e rotas traçadas pela navegação marítima cada vez mais lastreadas em mapas baseados na longitude resolveu certa confusão gerada com o advento da exportação inglesa das ferrovias e das comunicações internacionais, uma vez que predominava até então a identificação nas cidades o horário local fundado na posição do sol.

No período do entre guerras mundiais (1919–1938), a Liga das Nações buscou promover e ampliar, sem sucesso no mundo, um sistema estatístico e geográfico formal. Com o liberalismo em crise e nazifascismo em alta, a estatística terminou sendo adotada, em alguns países europeus como forma instrumental e ideológica de manipulação de dados para fins de propaganda e políticas genocidas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o surgimento das Nações Unidas foi acompanhado pelo nascimento da criação, em 1946, da Comissão de Estatística subordinada ao Conselho Econômico e Social enquanto órgão máximo de coordenação das estatísticas globais. Com isso, o modelo de Institutos Nacionais de Estatística e Geografia herdado do período de hegemonia inglesa de conferências internacionais foi reformulado para a centralização nas Nações Unidas.

Por meio de reuniões sistemáticas dos estatísticos chefes e peritos dos países-membros, sobretudo do Norte Global, um conjunto inicial de padrões, normas e formas de disseminação das informações estatísticas e geográficas foi sendo difundido pelo mundo. Em alguns casos, como na medição do Produto Interno Bruto (PIB) prevaleu divergente diante das visões sobre quais atividades deveriam ser contabilizadas como produção em sistemas econômicos capitalistas e socialistas. Com o fim da União Soviética, em 1991, o sistema de contabilidade nacional das Nações Unidas se tornou único no mundo, próprio da ordem unipolar do sistema estatístico e geocientífico construído a partir da hegemonia dos Estados Unidos desde o término da segunda Guerra Mundial.

O Brasil na construção da ordem multilateral do sistema estatístico e geocientífico na Era Digital

Neste primeiro terço do século XXI, a passagem da Era Industrial para a Digital coincide com o deslocamento do centro geopolítico político e do dinamismo econômico mundial do Ocidente para o Oriente e dos países do Norte Global para o Sul Global. Por conta disso, a antiga ordem unipolar do sistema estatístico e geocientífico na Era Industrial conduzida a partir do Norte Global registra sinais de crescente de esgotamento.

A revolução dos dados digitais gera transformação profunda na percepção da realidade pela população e governos até então dependentes das tradicionais lentes dos institutos oficiais de estatística e geografia. A explosão na quantidade, variedade e velocidade das informações de múltiplas fontes geradas digitalmente tem sido impulsionada pela estrutura oligopolista das *big tech* a operar por meio da internet em proliferação dos dispositivos ofertados à sociedade de serviços conectada.

A datificação e digitalização patrocinadas pelo processo crescente de automação e novas tecnologias como a *big data*, inteligência artificial, internet das coisas e ciências de dados impõe a constituição de um outro sistema estatístico e geográfico de caráter multilateral. Nos países pertencentes ao Norte Global, outrora vistos como desenvolvidos e constituintes do chamado primeiro mundo, os seus tradicionais institutos oficiais de estatística e geografia têm sido expostos, em geral, às restrições orçamentárias próprias do neoliberalismo, cujo resultado final para a produção e qualidade dos dados tem sido muito negativo.

Os prejuízos se acumulam nas atividades de coleta de dados, na permanência do quadro de pessoal qualificado e até na divulgação das informações que podem ocorrer com certa demora em países do Norte Global. Mais grave ainda terminou sendo a inimaginável interferência política em institutos de estatísticas como nos Estados Unidos e Canadá.

O contexto mais amplo de controvérsias e acusações de manipulação e interferência política nos institutos de estatística na Europa e América do Norte ocorrem com certa frequência. Alegações de intransparência nos

ajustes de métodos, atrasos da divulgação de dados e forma de apresentação das informações públicas terminam comprometendo a própria independência técnica e autonomia de financiamento.

Em contrapartida, países do Sul Global apontam para a construção de uma nova ordem multilateral frente a revolução dos dados digitais. As experiências mais recentes indicam mudanças regulatórias e reestruturação institucional observadas em países com a Colômbia, Indonésia, África do Sul, Arábia Saudita, Bulgária, Omã e outros.

Diante disso, organismos da ONU como o Banco Mundial e a OCDE seguem na tentativa de manter intacta a ordem unipolar centrada no Norte Global, Os países do Sul Global, contudo, articulam-se em blocos como no BRICS para construir outra ordem multilateral e inclusiva do sistema geocientífico e de estatísticas digitais, inclusive com o desenvolvimento de indicadores alternativos aos da OCDE, considerando as desigualdades territoriais e as novas formas de produção e distribuição da riqueza e impacto ambiental e demográfico.

No caso brasileiro, o IBGE tem recentemente se reposicionado interna e externamente com destaque para o exercício da diplomacia estatística e geográfica internacional. Embora seja membro fundador da ONU e ter participado da primeira reunião da Comissão de Estatística, em 1947, a internalização das grandes mudanças ocorreram de forma pontual.

Em geral, as adequações de fundo no passado do sistema estatístico e geográfico brasileiro para a sociedade urbana e industrial estiveram associadas aos regimes autoritários. Exemplo disso foi a transformação do Instituto Nacional de Estatística criado, em 1934, no IBGE ocorrido somente em 1938 por força da implantação do Estado Novo. Da mesma forma, a mudança de autarquia concentrada na realização de censos para a fundação com ampliação das pesquisas amostrais e os sistemas de preços e de contas nacionais foram postos em marcha pela Ditadura Civil-militar.

O processo de desindustrialização precoce imposto ao Brasil pelo receituário neoliberal desde o ano de 1990 agilizou a ruína da sociedade urbana e industrial cada vez mais exposta aos serviços conectados. Ao mesmo tempo o esvaziamento da capacidade do planejamento do Estado atingiu o sistema estatístico e geográfico nacional com a redução relativa do seu financiamento de 0,32%, em 1986, para 0,04%, em 2022, do Orçamento Geral da União.

A consequência direta e indireta foi negativo, comprometendo a execução do plano de trabalho. Atualmente, o Brasil conta com a realização de somente dois censos (demográfico e o Agropecuário), enquanto nos anos de 1980, o IBGE produzia, por exemplo, cinco censos (demográfico, industrial, serviços, comercial e agrícola).

Desde 2023, contudo, o Brasil tem procurado reforçar a liderança regional como um ator diplomático técnico, comprometido com o equilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nas discussões sobre governança global dos dados. Essa diplomacia estatística e geográfica tem sido um instrumento de soberania informacional, buscando evitar que a infraestrutura de dados nacional dependa integralmente de plataformas privadas ou de centros tecnológicos do Norte Global.

Por meio da cooperação Sul Sul, o IBGE tem papel central na construção da Cúpula dos Chefes dos Escritórios Nacionais de Estatística dos BRICS, cuja primeira edição ocorreu em Xiamen (2015) e foi consolidada em Fortaleza (2025). Essa iniciativa visa fortalecer a cooperação técnica entre os países do bloco, desenvolver metodologias alternativas às da OCDE e ampliar a autonomia epistemológica do Sul Global na produção da geografia e estatísticas oficiais.

A diplomacia estatística dos BRICS liderada em parte pelo IBGE, propõe uma visão multipolar da informação pública para que os indicadores econômicos e sociais possam refletir também realidades distintas das matrizes ocidentais. Assim, o IBGE atua como mediador técnico e político entre padrões globais e necessidades regionais.

Tudo isso vem sendo realizado com determinação governamental após sete anos de profunda instabilidade institucional (2016-2023) que impôs à direção do IBGE o registro de seis presidentes com mandato médio de apenas um ano de dois meses. Atualmente, a maior e mais importante instituição pública de estudos e pesquisas do Brasil vem aprimorando a sua atuação cada vez mais preparada para o enfrentamento do desafio da revolução dos dados digitais, ainda que possa existir oposição reacionária às transformações em curso democrático, transparente e participativo.

Marcio Pochmann, *professor titular de economia na Unicamp, é o atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Autor, entre outros livros, de Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural (Editora da Unicamp).* [https://amzn.to/46jSkQk]

Via A terra é redonda

Referências

BRICS *Joint Statement by the Heads of National Statistical Offices of BRICS Countries*. Fortaleza, 2025.

COSTA, M. *Diplomacia estatística e governança dos dados no século XXI: o papel do IBGE*. Revista Brasileira de Estudos Internacionais, v. 17, n. 2, 2020.

DAVIS, K. *et al.* *Indicators as a Technology of Global Governance*. *Law & Society Review*, v. 46, n. 1, p. 71–104, 2012.

JERVEN, M. *Poor Numbers: How We Are Misled by African Development Statistics and What to Do about It*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

POCHMANN, M. *O próximo Brasil: um olhar a partir das estatísticas*. São Paulo: Ideias & Letras, 2025.

SOUZA, C.; CAVALCANTI, M. *Autonomia técnica e estatísticas públicas no Brasil: desafios contemporâneos do IBGE*. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 3, 2022.

Compartilhe nas redes: